

SESSÕES DO PLENÁRIO

17ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 13 de março de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES
(PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fabíola Mansur, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Nascimento, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não há expediente a ser anunciado. Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho pelo tempo de até 5 minutos. (Pausa)

Não estando presente, com a palavra o deputado Bobô. (Pausa) Também, não está presente.

Com a palavra o deputado Euclides Fernandes. (Silêncio)

Com a palavra o deputado Matheus Ferreira. (Silêncio)

Com a palavra a deputada Olívia Santana, por favor, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados, deputadas, eu venho a esta tribuna para celebrar uma conquista importante para a população negra na Bahia. Trata-se da inauguração, na manhã de hoje, do Centro Estadual de Referência às Pessoas com Doença Falciforme – Rilza Valentim.

Nós temos uma população que tem uma parcela importante com a marca do traço falcêmico e pessoas que têm anemia falciforme desenvolvida. Essas pessoas precisam, de fato, ter um centro de referência especializado, que dê um atendimento, um acolhimento, o atendimento necessário para que essas pessoas possam ter uma melhor qualidade de vida e ter, inclusive, seu tempo de vida, entre nós, elástico.

A doença anemia falciforme acomete, principalmente, a população negra. Nós perdemos, na Bahia, a prefeita Rilza Valentim, de São Francisco do Conde, vítima da anemia falciforme. Eu tenho, inclusive, uma assessora cuja irmã, também, sofre de anemia falciforme. Portanto, nós recebemos, com felicidade e, também, com muita esperança, a implantação desse centro.

Eu sei que tem uma parcela do movimento que queria muito mais, que queria que a gestão do centro fosse separada do Hemoba. Essa é uma discussão, ter uma coordenação autônoma que possa fazer essa gestão, mas o fato de o centro ainda ser coordenado pelo Hemoba não pode ser um elemento que justifique uma crítica ácida a ponto de negar a importância do equipamento. O equipamento é fundamental, é uma conquista que a gente tem, de fato, que agradecer por termos um governo que tem este tipo de sensibilidade. É um projeto antigo. Nós sempre lutamos por ele. Desde que eu era vereadora, participei de diversas manifestações em defesa do Centro Estadual de Referência às Pessoas com Doença Falciforme e atenção às pessoas vítimas da anemia falciforme.

Inclusive, quero destacar a justa homenagem à memória da prefeita Rilza Valentim, uma mulher que nunca permitiu que as debilidades impostas pela doença se transformassem em limites para o seu corpo e sempre extrapolou, fez lutas que conseguiu extrapolar as expectativas que se tinham em relação a ela.

Então, Rilza foi uma grande mulher, uma mulher à frente do seu tempo, uma mulher que atravessou as barreiras físicas, políticas, e conseguiu se estabelecer e fazer história na cidade de São Francisco do Conde e no estado da Bahia. Então, nada mais justo do que a homenagem que foi feita, qual seja, dando, àquele centro, o nome da prefeita Rilza Valentim.

Também, aproveito para destacar a importância, no dia de hoje, da vinda do presidente da Petrobras a esta Casa. Falei, pela manhã, no debate, deputado Zé Raimundo, que a maior política pública de responsabilidade social que a Petrobras pode nos fazer é garantir a desvinculação da sua política de preços dessa dolarização escandalosa, absurda, incompatível com a moeda nacional, que foi estabelecido a partir do governo Temer e esse foi, de fato, um dos grandes objetivos do golpe.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O golpe foi dado contra Dilma e tinha, como interesse, surrupiar o patrimônio nacional. Foi isso o que eles fizeram: avançaram sobre a Petrobras, fizeram esse

desmonte da empresa, melhor, das empresas nacionais, venderam a BR Distribuidora, venderam tudo a preço de banana. E, agora, a gente está vendo aí os ouros aparecendo, os diamantes aparecendo, como uma espécie de contrapartida em relação à venda da RLAM...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a Refinaria Landulpho Alves.

Portanto, foi importante a vinda do presidente da Petrobras que firmou compromisso em defesa da empresa, do patrimônio nacional para, de fato, reconstituir o que foi extraviado da Petrobras, garantir o fortalecimento da empresa, porque não há nenhum projeto de soberania nacional que não passe pela defesa de uma empresa tão estratégica, como é a Petrobras para o povo brasileiro e para o nosso país.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em permuta com o deputado Rosemberg Pinto, eu convido o deputado Hilton Coelho para utilizar 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, ocupamos esta tribuna para tratar de um caso que, a meu ver, é escandaloso. Trata-se da concessão de uma licença ambiental para o empreendimento Mangaba Cultivo de Coco LTDA., num verdadeiro paraíso, o paraíso de Boipeba, que fica no Baixo Sul da Bahia, algo absolutamente inaceitável.

Esse conflito é com a Comunidade de Cova da Onça, comunidade tradicional que vem, historicamente, defendendo aquele patrimônio, e se desenrola desde 2012, quando as intenções desse grupo econômico, que tem à frente o herdeiro do império dos Marinhos e outras famílias completamente estranhas à realidade da região, ou seja, diametralmente opostas ao sentido que têm aquelas famílias como guardiães daquele território.

E, desde o início do nosso mandato, em 2019, nós estamos nos relacionando com esta demanda. Ficamos escandalizados, porque a licença ambiental foi concedida, mais uma vez, por Márcia Telles, do Inema. Contra essa pessoa, nós fizemos críticas de maneira muito contundente nesta tribuna, por acumular a gestão da Sema e do Inema ao mesmo tempo. Mais uma vez, essa senhora permite a concessão de uma área de proteção ambiental que, pelas análises do Ministério Público Federal, não poderia ser feita de forma nenhuma.

A posição do Ministério Público Federal esteve, inclusive, numa recomendação formal do Ministério Público, de que a licença não fosse dada pelo órgão fiscalizador, o que, infelizmente, aconteceu. Para se ter uma ideia, a extensão da área é de cerca de 1.700 campos de futebol e esse empreendimento prevê, inclusive, a construção de campos de golfe.

Ou seja, uma região, um território que tem comunidades tradicionais que, hoje, em todo mundo, são comunidades entendidas como as grandes guardiãs, não apenas de

uma perspectiva econômica de distribuição de renda e de riqueza, não só uma perspectiva de afirmação de direitos sociais, mas, sobretudo, como guardiãs do patrimônio ambiental, são, completamente, secundarizadas em relação a esse grupo econômico.

Então, para nós, isso é uma afronta ao que vem sendo sinalizado pelo governo Lula. O governo da Bahia vai, mais uma vez, na contramão disso. E não foi por outro motivo, pela relação com um conjunto enorme de organizações da sociedade civil, que nós demos entrada numa proposta de decreto legislativo, Sr. Presidente, que prevê, caso seja aprovado pelos pares da Casa, a suspensão dessa licença.

Para nós, é uma questão de honra, uma questão ética, uma questão legal, também, constitucional, que essa Casa proteja a legislação ambiental do nosso país e do estado da Bahia. Não é possível que nós venhamos a assistir esse posicionamento absurdo no Inema, um órgão que deveria justamente garantir a preservação do meio ambiente, numa região de biodiversidade, que é considerada uma das mais ricas do mundo. Sr. Presidente, V. Ex.^a sabe disso.

O Sul da Bahia tem uma biodiversidade, hoje, respeitada internacionalmente. A gente vê o licenciamento de um território, volto a dizer, de 1.700 campos de futebol, com a condenação do Ministério Público Federal, que fez uma recomendação contrária, com a mobilização das comunidades, com a mobilização de organizações muito representativas na nossa sociedade, e o Inema passar ao largo disso tudo e desrespeitar essa perspectiva da nossa preservação, dos direitos do povo e do direito da humanidade ao meio ambiente.

Sr. Presidente, eu não poderia ocupar esta tribuna, também, sem falar de um caso absurdo na cidade de Salvador. Trata-se da demissão de sindicalistas e lideranças rodoviárias que fazem resistência em relação a um conjunto de absurdos que estão acontecendo na cidade de Salvador.

Sr. Presidente, nós acompanhamos, pela imprensa e pelos relatos dos sindicalistas, das lideranças rodoviárias, que os rodoviários estão com uma sobrecarga temerosa. Os trabalhadores estão desmaiando ao volante. Houve problema de infarto e de convulsão ao volante, em função de carga horária extenuante, de desrespeito aos seus direitos trabalhistas.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mas a empresa OT que dirige, que é a concessionária de parte da frota de Salvador, passou de todos os limites e resolveu desrespeitar qualquer legislação trabalhista e sindical e fez a demissão de quatro representantes do sindicato dos trabalhadores rodoviários.

Concluindo, quero ler os nomes dos trabalhadores rodoviários demitidos: Márcio Ferreira Coelho, Cláudio Barreto, Elinaldo Menezes e Rogério de Oliveira Veloso. São quatro lideranças, cuja única acusação foi, com certeza, defender os direitos da categoria contra a superexploração e a favor da segurança da população.

Nós saímos de uma frota, Sr. Presidente, de mais de 3 mil unidades para menos de 2 mil, melhor, 1700 unidades. Não há categoria que consiga assegurar isso, com

redução de salário, com perdas de direitos. E as suas lideranças gritaram contra isso, ou seja, eles foram contra isso. Para se contrapor a essa grita, as empresas tomaram a posição, absolutamente, autoritária e ilegal.

Nós vamos aos tribunais e às ruas. A ALBA precisa abraçar essa questão da cidade de Salvador, pois é, ao mesmo tempo, uma questão da classe trabalhadora de princípio para que a gente não tenha um solapamento da democracia, da perspectiva da participação popular da luta dos trabalhadores completamente sufocada pela ganância dos interesses empresariais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos que acompanharam a nossa fala.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Hilton Coelho. A nossa solidariedade aos sindicalistas perseguidos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Dando seguimento, eu convido o deputado Robinson Almeida para utilizar o tempo de até 5 minutos do Pequeno Expediente.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, membros da imprensa que acompanham a nossa sessão, eu quero começar parabenizando o governador Jerônimo Rodrigues por ter entregado, à população baiana, um equipamento inédito em nível nacional, que é o Centro Estadual de Referência às Pessoas com Doença Falciforme.

Creio ser esta uma conquista importantíssima de toda sociedade, mas, particularmente, da população negra. Esse tipo de anemia chamada falciforme, ela é uma doença que atinge esse segmento da população e de difícil tratamento e de políticas públicas na área de saúde para atender os pacientes vítimas desta doença.

Nós temos, inclusive, na Bahia, a perda de inúmeras vidas devido a essa doença. Dentre as pessoas que, infelizmente, tiveram a sua vida retirada, destaco a ex-prefeita da cidade de São Francisco do Conde, Rilza Valentim. Sensibilizado com essa situação, o então governador Rui Costa iniciou o projeto e, agora, no dia de hoje, o centro foi inaugurado pelo governador Jerônimo Rodrigues. Certamente, este órgão salvará muitas vidas de pessoas que vão ter um centro de referência com políticas de prevenção, com políticas de proteção para preservar a saúde física dessas pessoas.

Mas, Sr. Presidente, hoje, também, nós tivemos, aqui, a alegria de receber o novo presidente da Petrobras, Jean Paul Prates. Digo alegria, porque nós estamos vivendo um momento de reconstrução do Brasil, e a Petrobras começou a ser reconstruída.

A empresa, sob falsas acusações, foi completamente dilapidada em seu patrimônio nos últimos anos; deixou de ser do povo brasileiro e virou a empresa dos acionistas da Petrobras; transferiu toda sua operação e produção para o Sudeste do Brasil, acabando com as políticas de regionalização e, além disso, tendo, como meta exclusiva, o lucro para ser dividido com os seus acionistas.

Essa empresa volta, agora, sob nova direção, a ser a esperança do povo brasileiro, para adquirir a sua soberania energética, priorizando a cadeia de óleo e gás, mas, também, preocupada com a necessária mudança em relação ao uso dos combustíveis futuros, transição sustentável e necessária para qualquer empresa de petróleo.

É importante salientar que a Bahia apresentou uma agenda, a agenda da retomada da exploração dos poços maduros terrestres na região Norte do estado, que tem causado muitos problemas para as administrações públicas municipais com a perda da receita dos royalties e as consequências da produção das políticas públicas pelos prefeitos.

Além disso, tem a questão do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, desativado há muito tempo, e precisa ser retomada a produção de navios e sondas do nosso país, para que esse estaleiro receba encomendas e possa empregar a nossa gente que, há muito tempo, está sem oportunidade de trabalho no Recôncavo, especialmente em Maragogipe, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Dom Macedo Costa e todos os municípios do Recôncavo.

Por último, Sr. Presidente, vale destacar a necessidade da retomada do refino, aqui, na Bahia...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) pela nossa Petrobras. Sabemos que a Refinaria Landulpho Alves foi vendida na bacia das almas para um grupo árabe que, agora, é revelado como escândalo nacional e internacional, e teria dado presentes milionários ao ex-presidente da República: joias, colares, relógios e toda essa riqueza avaliada em R\$ 20 milhões, que não foi registrada como patrimônio da União.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Várias tentativas foram feitas pelo ex-presidente para ficar com essas joias para o seu controle pessoal e da sua família. Um escândalo que talvez tenha o epicentro na venda dessa refinaria e essa venda precisa ser investigada. A Bahia precisa voltar ao protagonismo na produção do refino de petróleo e eu desejo muito boa sorte ao Jean Paul Prates e ao presidente Lula na reconstrução do Brasil e da Petrobras.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Robinson Almeida.

De fato, foi uma manhã muito produtiva com a presença do nosso presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo a ordem de inscrições, eu convido o deputado Robinho para usar o tempo de até 5 minutos no Pequeno Expediente.

Seguindo a ordem de inscrições, eu convido o deputado Robinho, para usar o tempo de até 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. ROBINHO: Meu boa-tarde aos colegas, meu boa-tarde ao nosso presidente, professor Raimundo.

É um momento de muita importância em que eu quero me referir aos funcionários públicos do estado da Bahia, e quero diretamente falar do Planserv.

Nós sabemos que o Planserv tem, no decorrer dos últimos 20 anos, sofrido várias mudanças, várias intervenções em seu plano, em sua conduta, em seu modelo de ação para com os funcionários públicos.

Aqui, nesta Casa, têm havido votações que têm mudado a fórmula e o modelo do Planserv, que é de extrema importância para o funcionário público. E as perdas de direitos dos funcionários têm acontecido, funcionários têm perdido direitos no Planserv, e trata-se da saúde de cada funcionário, da vida de cada funcionário.

Para surpresa do funcionário público, no final do ano passado, houve uma grande interferência no Planserv. O que aconteceu? O governo do estado abriu uma licitação para a gestão do Planserv. Inclusive, houve interferência do Ministério Público, houve interferência da associação dos médicos do estado da Bahia, pedindo para que não houvesse essa interferência, não houvesse essa licitação da gestão do Planserv. E na licitação, quem ganhou foi a Haptech.

A Haptech é uma empresa ligada ao grupo do plano de saúde Hapvida. Aí, houve novas interferências, tendo em vista que a Hapvida é uma empresa de plano de saúde. E nós entendemos que o Planserv, por cuidar de servidor público e por ser uma atividade pública, o poder de ganho de lucros tem que ser bem pequeno ou praticamente não ter. E passou o Planserv a ser administrado por uma empresa privada que é do ramo de plano de saúde, que é a Hapvida.

E, por pior, agora, a partir de fevereiro, a Hapvida, que é um dos grandes planos de saúde do Brasil, está prestes a sofrer uma intervenção por questões de dívidas. Então, é uma coisa preocupante para o funcionário público.

Quero, aqui, falar para o nosso amigo Rosemberg, que aqui representa o governo, para que o governo possa analisar essas interferências, essa licitação, o que foi aconselhado pelo Ministério Público. Houve uma ação, e o governo, através de uma liminar, deu sequência sem julgar o mérito do problema. Então, é uma coisa muito importante para o servidor público, porque cuida da saúde, cuida da vida do servidor público. E entregar o Planserv para uma empresa privada que está à beira da quebradeira! Nós não podemos deixar isso acontecer, depois de várias interferências com perdas de direito, agora se colocar o Planserv na mão de uma empresa privada e com instabilidade financeira.

É uma coisa que eu quero que o governador pense com muito carinho, com muita atenção, porque trata-se da saúde e da vida do nosso servidor público.

Muito obrigado e um abraço a todos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Robinho.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu passo a palavra ao líder da Maioria, deputado Rosemberg Pinto, para utilizar o tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, visitantes aqui, querido amigo Nelson Araújo, colega meu de muitos anos da Petrobras, que nos presenteia com a sua presença.

Presidente, o deputado Robinson já externou aqui a passagem do presidente da Petrobras e também do diretor financeiro, Sérgio Caetano, baiano, que assumiu a Diretoria Financeira da companhia da mesma maneira que iniciou aqui, há alguns anos, o nosso querido ex-presidente, José Sérgio Gabrielli, trazendo notícias importantes com relação à retomada das atividades da Petrobras na Bahia.

Acabamos de ter, também, uma conversa com o governador Jerônimo Rodrigues e nós vamos criar um grupo de trabalho do estado da Bahia e da Petrobras para compartilhar ações conjuntas, a exemplo das atividades no conjunto Pituba, uma vez que a Petrobras utiliza apenas 15 mil m² da área construída, enquanto os outros 20 mil m² estão disponíveis para a atração de instituições, seja do governo federal, seja do governo do estado, ou até da iniciativa privada, para que se possa ocupar aquele espaço que custa à Petrobras R\$ 6 milhões por mês.

Mas, presidente, eu venho aqui também aproveitar, deputado Alan, para que a gente possa, de forma conjunta, analisar alguns projetos de interesse dos baianos e das baianas que a gente pode votar na terça ou na quarta-feira, como a regulamentação do piso salarial dos professores indígenas, que sempre teve um valor diferenciado. E o governador Jerônimo apresenta um projeto de lei criando uma certa similaridade com o dos demais professores.

Também um projeto de agroecologia, que aqui era pilotado pelo ex-deputado Marcelino Galo. Esse projeto foi apresentado aqui, na Casa, e, como gerava custos, o governo do Estado o assumiu e encaminhou esse projeto, que aqui está sob a batuta da deputada Neusa Cadore. É um projeto que não traz qualquer tipo de inconveniente, nem prejuízo, muito pelo contrário, gera dividendos para a sociedade baiana.

Eu queria também que, deputado Alan, de forma conjunta, depois a gente desse uma analisada para saber as motivações – sei que não é de responsabilidade da Casa Legislativa baiana, mas, sim, da Câmara de Vereadores de Salvador – de alterações que, às vezes, em minha opinião, não trazem benefício para a sociedade. Passei, hoje, pela Pinto de Aguiar e pela Orlando Gomes e vi uma alteração em relação à velocidade, que era de 70 quilômetros por hora e foi reduzida, agora, para 60 quilômetros por hora, mas não se tem nenhum histórico de acidentes nas duas vias de acidentes. Pelo menos eu desconheço essa necessidade. E acho que a redução para 60,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) em vez de ajudar, em minha opinião, pode atrapalhar. É lógico que eu estou fazendo uma fala aqui sem nenhum tipo de análise prévia. Então, queria verificar, já que V. Ex.^a tem relação, como eu também tenho, com a Câmara de Vereadores de Salvador, essas motivações, porque fica passando uma sensação de que é muito mais do interesse em mais multas da empresa que opera o sistema...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de transporte na cidade de Salvador do que, efetivamente, do ponto de vista da regulação do trânsito. Então, eu queria, conjuntamente com V. Ex.^a, que a gente verificasse isso, para evitar que, em vez de ajudar, atrapalhe o trânsito da nossa querida cidade do Salvador.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu passo a palavra ao deputado Diego Castro, pelo tempo de até 5 minutos, no Pequeno Expediente. (Silêncio)

Diego Castro não se encontra. Eu passo a palavra a Roberto Carlos, deputado Roberto Carlos, campeão baiano de futebol, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROBERTO CARLOS: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, povo que prestigia esta Casa, imprensa. Sr. Presidente, gostaria de falar sobre três temas. O primeiro, Sr. Presidente, é que no dia 14 de fevereiro de 2023, quando da vinda do nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva à nossa Bahia, mais precisamente, a Santo Amaro, entreguei a ele... claro que marcado esse encontro, de 5 minutos, aproximadamente, pelo nosso ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa Brasil. E, em poucos minutos, entreguei ao presidente três ofícios, falando, os três, sobre Juazeiro. O primeiro, Sr. Presidente, foi para a construção da segunda etapa do Projeto Salitre, projeto de irrigação que é a base da economia de Juazeiro. E, de imediato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao ministro Rui Costa que ele visse em quanto ficava esse projeto. E ele, de pronto, garantiu a retomada do projeto, da segunda etapa do projeto de irrigação de Juazeiro e do Salitre.

O segundo ofício, Sr. Presidente, foi o pedido da construção da estrada federal BR-122, que liga Juazeiro a Campo Formoso, na Bahia, e a outros estados. Ele disse que não estava no radar, mas que Rui tomaria conta desse projeto.

E o último ofício, foi o projeto da travessia urbana de Juazeiro, que é a “ponte picolé”, como alguns a conhecem. Por que “ponte picolé”? Porque do lado de Petrolina já foi concluído esse projeto, essa travessia, e do lado de Juazeiro ficou a pista pequena. Do lado de Petrolina, foi duplicada. E Lula, imediatamente, disse a mim e ao nosso ministro da Casa Civil, Rui Costa, que ele gostaria de retomar essa obra que, inclusive, começou no governo dele e a nossa ex-presidente Dilma Rousseff deu continuidade, mas o governo Bolsonaro paralisou.

Essa obra, Sr. Presidente, está estimada em R\$ 185 milhões, numa extensão de 9 quilômetros, e que contém duas pontes e ainda a elevação de um trecho da pista que corta uma boa parte da travessia urbana de Juazeiro. É um projeto, Sr. Presidente, importantíssimo para o desenvolvimento econômico e social da cidade de Juazeiro. E, mais ainda, é uma obra que foi anunciada pelo governo do presidente Bolsonaro, junto com o ex-ministro João Roma, no ano passado,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) precisamente no mês de março, e que, lamentavelmente, não saiu do discurso. E foi preciso Luiz Inácio Lula da Silva voltar a ser presidente da República para, em poucos meses, já anunciar a retomada da importantíssima obra para a cidade de Juazeiro e região. E esses 9 quilômetros de estrada, Sr. Presidente, além de dar um desafogo ao trânsito de Juazeiro,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) é uma obra que também vai dar uma qualidade muito grande à cidade de Juazeiro.

Eu sei, Sr. Presidente, que muitos estão comemorando, e é bom comemorar, que há alguns que se intitulam o pai da criança, mas o importante é que a criança nasça em paz, quem vai ganhar com isso é o povo de Juazeiro e o povo da região, que olha para o outro lado do Rio São Francisco e vê que a ponte foi literalmente construída do lado de Pernambuco, e quando a obra chegou na cidade de Juazeiro, na Bahia, foi paralisada.

Mas Lula voltou, Rui Costa também está dando essa força e esse apoio, e amanhã eu vou estar em Brasília, Sr. Presidente, junto com o nosso ministro Rui Costa para anunciarmos outras obras importantes não só para a Bahia, mas, sobretudo, para a nossa região do Vale do São Francisco.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, Roberto Carlos, nobre deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o líder Alan Sanches pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, Zé Raimundo, deputados, deputadas, eu senti, assim, a voz do deputado Roberto Carlos um pouco embargada, acredito que foi o placar de 1 a 0, não é? O 1 a 0 que levou para casa, mas tudo bem.

Vamos falar de coisa boa, coisa positiva. Na verdade, deputado Rosemberg, respondendo a V. Ex.^a, amanhã nós teremos reunião com a nossa bancada, a Bancada da Oposição, e a discussão está na pauta... Havia um projeto, mas a gente vai fazer a análise de dois projetos. Eu, particularmente, serei apenas a voz, a condução dos meus pares. E a resolução... Nós ainda não sabemos como vamos votar o projeto, agora eu não vejo, eu, particularmente, não vejo dificuldade para o projeto dos professores que estão nas unidades indígenas. Quanto ao outro projeto, sobre agroecologia, eu acredito também que a nossa bancada ainda não o avaliou.

Mas, Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção sobre a semana passada, quando diversos baianos – não foi só o povo daqui, de Salvador, deputado Robinson Almeida, mas de toda a Bahia – ficaram naquela fila, aquela fila desumana. Foi o que eu disse e repito, uma fila desumana, uma fila indigna, um tratamento indigno dado ao nosso povo baiano.

Nós sabemos que a demanda na saúde é gigantesca, quanto mais oferta tem, mais demanda chega. Mas não é possível que uma secretaria da Saúde do tamanho que é, do estado da Bahia, não tivesse pensado numa forma, numa logística, numa marcação que

não fosse presencial, com fila. Então, foi atendido quem chegou primeiro. Não pode ser dessa forma, não tem mais cabimento você expor... Inclusive, porque os índices de insegurança na nossa cidade, no nosso estado, são muito grandes.

Você expor o cidadão, a cidadã, colocados numa fila, no dia anterior, de noite, para ter que dormir num colchão, dormir num papelão, para conseguir a marcação de um exame, de uma ultrassonografia, isso é desumano! Isso aí não condiz com o governo que diz que gosta e quer cuidar de gente.

E me parece que a secretária da Saúde, eu acho, ficou nervosa e começou a dizer que sabia o que estava fazendo, mas, se for dessa forma que ela sabe e que as pessoas sabem... Só que ela não diz, ela não informa o que está fazendo.

A solicitação que eu tinha feito aqui, nesta Casa, que eu fiz de forma extremamente educada, foi para que ela nos enviasse um convite, para que passasse para a gente, para que pudesse fazer a sua explanação sobre qual forma ela vai poder... sobre como ela já está tratando a regulação. O que eu tenho visto é que os hospitais e leitos que são criados pelo estado são mal geridos, porque, se assim não fosse, a regulação não continuaria do mesmo jeito.

Todos os dias nós amanhecemos, em Salvador – em Salvador –, com mais de 250 pessoas nas UPAs – nas UPAs – precisando de regulação, ou para exame, para algum exame complementar, ou para transferência a alguma unidade que possa dar o suporte àquele cidadão.

Então, todos os dias, em Salvador, nas UPAs – em Salvador –, são 250. E Salvador não pede favor. Existe um compromisso federal, estadual e municipal de que haja um repasse, de que todo recurso que venha para Salvador seja repassado ao estado. Se não me falha a memória, a soma é de quase R\$ 800 milhões para tratar da alta complexidade. Nós sabemos, deputado Penalva, que a alta complexidade e a regulação são feitas pelo governo do estado. Mas, até agora,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o cidadão, a população, não participou para saber o que, efetivamente, está sendo feito na regulação, para que a gente possa, definitivamente, trazer uma solução para o sofrimento da nossa população.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre líder.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, ao nobre deputado Dr. Diego Castro.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos aqui nesta Casa, também a imprensa aqui presente e S. Ex.^a, o povo da Bahia.

Presidente, no dia de hoje, subo a esta tribuna para destacar, aqui, dois projetos que protocolei nesta Casa, são mais dois projetos que contribuirão para a nossa educação. Eu acredito que não só contribuirão, mas também ajudarão a tirar o nosso estado da vala do fracasso nessa que eu considero a área mais importante de todas em uma administração pública.

Quero destacar, presidente, antes de mais nada, que é uma vergonha a gente ver a Bahia, nos últimos 5 anos, com o pior Ideb do Brasil, a pior educação básica do Brasil; ver a Bahia com os maiores índices de evasão escolar, pessoas fora da escola no Brasil; ver a Bahia tomando nota 0 no EAD, sendo a pior educação à distância do Brasil; e ver a Bahia com o maior número de analfabetos absolutos.

Aí eu me pergunto: aquele programa lá, do ex-governador Jaques Wagner, o Todos pela Educação (Topa)... Só foi topado mesmo, só vi a Bahia tropeçar e andar para trás.

Então, presidente, contribuindo... com a visão de contribuir para um avanço na nossa educação, colocar a educação da Bahia no século XXI, eu queria destacar aqui os seguintes projetos.

O primeiro trata da implantação, da instituição, da possibilidade de realização de parcerias público-privadas para a administração de escolas públicas na Bahia, ou seja, a possibilidade de se fazer a concessão da administração de escolas públicas para o setor privado.

Isso já aconteceu na saúde, aconteceu em vários outros setores e por que não seria possível na educação? Por que não podemos trazer a realidade do avanço da administração gerencial para dentro da administração pública no tocante à educação, que é o mais importante? Vejo os sindicatos esperneando, falando atrocidades e, quando chegam no debate objetivo, não propõem nada, só querem essa ladainha de sempre, falar eira sem beira e continuar nesse chove não molha. Então, vamos ter decisão.

A ideia é que, por exemplo, uma escola como Odorico Tavares, que foi fechada – se eu estiver errado, me desculpem –, passe para a administração de um colégio como... Não estão me pagando nada, não financiaram minha campanha, quero deixar claro aqui, podem fiscalizar, mas é de renome, um exemplo é o Colégio Salesiano.

Então, presidente, o que é bom para os que têm mais tem que ser bom para os que têm menos. Clamo para o governo não olhar para o perfil ideológico e, sim, para a proposta. Porque, se o governo fala que é o governo de todos, esse aqui é um caminho para uma educação para todos.

O outro projeto, Sr. Presidente, diz respeito à implantação do voucher estudantil no ensino público. O que quer dizer isso? Que o aluno poderá optar por usar aquele valor per capita que, anualmente, o estado destina a ele para se matricular em uma escola privada. Isso irá impor o que a gente chama, na livre economia – é no que a gente acredita, melhor dizendo –, de a “salubre concorrência”, que conseqüentemente vai gerar a qualidade na prestação de serviço. Por que salubre concorrência? Por que isso? Porque, a partir do momento em que o estado dá a opção para os que menos têm de buscarem uma educação de qualidade,... Porque não precisa de muito mi-mi-mi para ver, enxergar, o que é claro, que hoje a educação privada dá de 10 a 0 na pública.

O estado vai, pelo menos, tentar tomar vergonha na cara e melhorar a qualidade da prestação do serviço, ou seja, o projeto vai impor automaticamente à própria administração das escolas e da educação em geral o peso da sua responsabilidade. E,

só para deixar claro, daqui a pouco vamos começar a chiadeira sindical... Inclusive, eu queria que o Hilton estivesse aqui, mas o Hilton abandonou a tropa ali. Mas vamos seguir.

O que eu quero saber dos sindicatos, nos quais, inclusive, o nobre colega tem uma boa entrada, é o que vocês têm feito de objetivo pela educação. Eu chamo vocês para darem as mãos e aprovarem esses projetos aqui. Porque aí, sim, vamos ver se, realmente, vocês estão lutando por uma causa ou se vocês estão lutando para, quando chegarmos em outubro, na eleição, simplesmente dizerem “Vote no socialismo e liberdade”, e a educação que se dane.

Um abraço, Sr. Presidente...

Outra coisa, presidente, se me permite, eu quero fazer aqui uma retificação. Meus pais me ensinaram a ser homem, homem de verdade. Eu venho aqui pedir desculpas ao pessoal da *TV ALBA*, eu reconheço que proferi uma frase equivocada no dia em que fui pedir uma questão de ordem, eu falei: “Cortou meu áudio”. Quando eu disse que cortou, deu a entender que foi proposital, mas houve a justificativa da TV...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Foi uma questão técnica.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: (...) os funcionários me apresentaram o que houve tecnicamente.

Então, estou aqui me retificando, parablenzo o trabalho de todos vocês. Assim como temos que ser homem para ser duro nas críticas, também temos que ser homem para reconhecer quando nos equivocamos. Ninguém é perfeito, somos humanos, cometi um erro, estou, aqui, me retificando, então estão aqui as minhas sinceras desculpas.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, nobre deputado...

O Sr. Rosemberg Pinto: Queria que V. Ex.^a fizesse uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado.

Não havendo número suficiente para a continuidade da sessão, eu dou a mesma por encerrada.

Muito obrigado a todos e até amanhã.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Fátima Nunes, Ivana Bastos, Júnior Muniz, Jurailton Santos. (04)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.